

do Despacho n.º 24174/2009, de 27 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 213, de 3 de Novembro, tendo sido formalizado o recrutamento da candidata seleccionada através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas.

Nestes termos, e dos do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas:

1 — Foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na sequência de recrutamento através de procedimento concursal comum, com a seguinte trabalhadora inserida na carreira geral de técnico superior, categoria de técnico superior, 3.ª posição remuneratória da tabela remuneratória única:

Lúcia Teixeira Brás César.

2 — O contrato agora celebrado produz efeitos a 18 de Dezembro de 2009.

18 de Dezembro de 2009. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.  
202712263

## Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.

### Aviso n.º 23380/2009

**Procedimento Concursal Comum para o Recrutamento de Dois Técnicos Superiores com Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado já Estabelecida — (Direcção de Gestão de Recursos, Departamento de Recursos Humanos).**

#### Lista unitária de ordenação final dos candidatos

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º e nos termos do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, faz-se público que, no procedimento concursal em epígrafe, aberto pelo anúncio n.º 3409/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 82 de 28 de Abril de 2009, foram atribuídos aos concorrentes que se apresentaram a prestar provas as seguintes classificações:

Ordenação	Nome	Classificação Final
1.º	Magda Cristina Rodrigues Grilo Antunes Pinho . . . . .	16,53
2.º	Carla Sofia de Barros Rodrigues Silva . . . . .	16,21
3.º	Elisabete Patricia Alves Vicente . . . . .	15,95
4.º	Maria do Carmo de Campos Guedes Cruz . . . . .	15,23
5.º	Sandra Marina Sequeira Teixeira Ceia . . . . .	14,40
6.º	Dina do Carmo Marquês Nunes . . . . .	12,85

A presente lista foi homologada por deliberação do Conselho Directivo de 17 de Dezembro de 2009, tendo sido afixada na sede do INAC, I. P., e publicitada na página electrónica deste Organismo, bem como notificada aos candidatos nos termos do n.º 5 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

Lisboa, 17 de Dezembro de 2009. — O Presidente do Júri, (*Pedro Pisco dos Santos*).

202713373

### Despacho n.º 27856/2009

A WHITE — Airways, S. A., com sede na Rua Henrique Callado, n.º 4, Piso 2, Edifício Orange, Leião, 2740-303 Porto Salvo, é titular de uma Licença de Transporte Aéreo que lhe foi concedida pelo Despacho n.º 12 816/2000 (2.ª série), de 1 de Junho, publicado no *Diário da República*, n.º 143 de 23 de Junho de 2000, tendo a última alteração sido efectuada pelo Despacho n.º 4857/2009, de 16 de Janeiro, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 28 de 10 de Fevereiro de 2009.

Tendo a referida empresa requerido a alteração da licença e estando cumpridos todos os requisitos exigíveis para o efeito, determino, ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1008/2008, de 24 de Setembro, e do Decreto-Lei n.º 19/82, de 28 de Janeiro, no uso das competências delegadas pelo Conselho Directivo do INAC, I. P., conforme a subalínea iii) da alínea d) do n.º 2.2, do Despacho n.º 9090/2008, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 60, de 26 de Março de 2008, o seguinte:

1 — É alterada a alínea c) da Licença de Transporte Aéreo da empresa WHITE — Airways, S. A., que passa a ter a seguinte redacção:

c) quanto ao equipamento:

3 aeronaves de peso máximo à descolagem não superior a 157 000 kg e capacidade de transporte até 275 passageiros;

3 aeronaves de peso máximo à descolagem não superior a 75 500 kg e capacidade de transporte até 185 passageiros;

1 aeronave de peso máximo à descolagem não superior a 80 000 kg e capacidade de transporte até 185 passageiros;

2 — Pela alteração da Licença são devidas taxas, de acordo com o estabelecido na Parte I da Tabela anexa à Portaria n.º 606/91, de 4 de Julho.

3 — É republicado, em anexo, o texto integral da licença, tal como resulta das referidas alterações.

Lisboa, 30 de Novembro de 2009. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *João Confraria*.

#### ANEXO

1 — A empresa WHITE — Airways, S. A., é titular de uma Licença de Transporte Aéreo, nos seguintes termos:

a) Quanto ao tipo de exploração:

Transporte aéreo intracomunitário e não regular internacional de passageiros, carga e correio;

b) Quanto à área geográfica:

Estrito cumprimento das áreas geográficas definidas no Certificado de Operador Aéreo;

c) Quanto ao equipamento:

3 aeronaves de peso máximo à descolagem não superior a 157 000 kg e capacidade de transporte até 275 passageiros;

3 aeronaves de peso máximo à descolagem não superior a 75 500 kg e capacidade de transporte até 185 passageiros;

1 aeronave de peso máximo à descolagem não superior a 80 000 kg e capacidade de transporte até 185 passageiros;

2 — O exercício dos direitos conferidos pela presente licença está, permanentemente, dependente da posse de um Certificado de Operador Aéreo válido.

202709972

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

### Secretaria-Geral

#### Regulamento n.º 514/2009

#### Regulamento do Arquivo Histórico do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

No âmbito do projecto de implementação do Arquivo Histórico do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território importa criar um instrumento que agilize e uniformize os procedimentos administrativos de salvaguarda do património histórico-documental, promovendo a qualidade dos arquivos enquanto recurso da actividade administrativa e a sua disponibilização ao público.

Assim:

#### Artigo 1.º

##### Âmbito

1 — O presente regulamento estabelece as normas gerais de funcionamento, organização e difusão do Arquivo Histórico do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, adiante designado por Arquivo Histórico do MAOT.

2 — O Arquivo Histórico do MAOT é constituído pela documentação de natureza administrativa e histórica, produzida e recebida, no âmbito das suas atribuições e competências, pelos gabinetes governamentais integrados no MAOT e pelos serviços e organismos que integram o MAOT.

3 — O Arquivo Histórico do MAOT tem a custódia dos fundos documentais gerados pelos serviços, organismos e entidades do Ministério do Ambiente, entretanto extintos.

4 — O Arquivo Histórico do MAOT está integrado organicamente na Divisão de Arquivo e Documentação, na dependência da Direcção